

## O FULCRO GRAMSCIANO NA CONSTRUÇÃO DA REFLEXÃO E DA PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL

José Filho Araújo Santos

Assistente Social. Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Monsenhor Tabosa/CE. Escola do Campo Florestan Fernandes. Assentamento Santana. Monsenhor Tabosa/CE  
[josefilhodesantana@gmail.com](mailto:josefilhodesantana@gmail.com)

**RESUMO:** A discussão que ora se apresenta, busca adensar as contribuições da dimensão política e pedagógica da práxis profissional na realização do projeto ético-político a partir da atuação dos profissionais em políticas sociais, com isso, tematizar a política de Assistência Social, como campo de construção, limites e resistência para a garantia da proteção social das classes subalternas. Além de apreender, as contribuições do pensamento gramsciano na reflexão e na práxis do Profissional, compreendendo como nos espaços das políticas sociais é possível o Assistente Social articular e mobilizar a classe trabalhadora para ocupar os espaços de fala e decisão, necessários a realização autônoma das bandeiras e questões de luta dos sujeitos políticos coletivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Ético-Político. Dimensão Pedagógica. Políticas Sociais. Luta de classes.

**RESUMEN:** La discusión que aquí se presenta , pretende densificar las contribuciones de dimensión política y pedagógica de la práctica profesional en la realización del proyecto ético - político de la labor de los profesionales en las políticas sociales , poniendo en primer plano de esta manera la política de asistencia social , como campo de la construcción , límites y la fuerza para garantizar la protección social de las clases subalternas . Además de captar los aportes del pensamiento de Gramsci en la reflexión y en la práctica profesional, la comprensión de cómo las áreas de política social puede articular la trabajadora social y movilizar a la clase trabajadora a ocupar los espacios de expresión y de decisión necesaria la realización autónoma de banderas y las cuestiones de lucha de los sujetos políticos colectivos .

**PALABRAS CLAVE :** Proyecto ético-político . Dimensión pedagógica . Las políticas sociales . la lucha de clases

### INTRODUÇÃO

“[...] até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção de mundo” (Gramsci, 1999, p. 93)

O projeto ético-político do Serviço Social carrega consigo uma dimensão imprescindível no fortalecimento da luta de classes, no que concerne a luta das classes subalternas, ou seja, trabalhadora. Este projeto é fruto de um denso, amplo, e contraditório processo de articulações das forças vivas da profissão num arco das relações sociais e

econômicas regida sob a batuta dos organismos e corporações capitalista. A direção social pretendida pelo projeto ético-político diverge da direção social estabelecida pela lógica societária do capital, que na maioria dos espaços sócio-ocupacionais de atuação profissional ganha matizes e formulações. Pois o Assistente Social é reconhecido enquanto profissional socialmente legitimado para atuar nas manifestas expressões da questão social, que se engendra da correlação de forças (FALEIROS, 2013) entre capital e trabalho, resultando num processo de tensionamento das classes e antagonizando dinâmicas sociais, o que vai resultar em conquistas ou consensos (BEHRING, BOSCHETTI, 2013) se dando através de políticas sociais<sup>1</sup> que resguardadas sob um conjunto de mecanismos jurídicos-legais, elaboram as pastas das políticas e, por conseguinte, serviços, programas, e projetos para estes sujeitos sociais, sendo o Assistente Social contratado por instâncias de poder governamental que atende hegemonicamente aos interesses da minoria em consonância com os acordos, cooperações, orientações e sobretudo cooptação aos ditames da ordem monopólica do capital, na era das finanças (IAMAMOTO, 2007, NETTO, 1992).

Neste ínterim, os Assistentes Sociais a partir da década de 80, começam a delinear a sua posição teórica, ética, técnica e política a favor dos interesses das classes subalternas, buscando em conjunto com estes sujeitos sociais, a partir do espaço do cotidiano de trabalho, articular forças e movimentos, na constituição de processos emancipatórios e que assegure condições fidedignas de vida humana. Salientando que na lógica societária vigente a apropriação privada da riqueza coletivamente construída, é marco fundante das relações de desigualdade, ao passo de tantas riquezas e concentrações de renda, temos níveis elevados de miserabilidade, pobreza, desemprego e fome. Que se refrata em inúmeras situações de privação social, dada pela lógica econômica que disciplina a vida social em suas particularidades, compartimentalizando o ser social, em sujeitos isolados e atômicos, merecedor de tratos conservadores, paternalista, assistencialista e exploratório, pois o alcance do bem-estar social nesta acepção societária é condição vital daqueles dedicados aos condicionantes da lógica, que galgam seu espaço solitário e explorável, no estabelecimento de condições substanciais para a vida. O que se dá de maneira velada e encoberta pelo engodo das práticas opressoras e subalternizantes.

---

1 Segundo Iamamoto (2001, p.17) "Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a Questão Social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos".

Desta maneira, os profissionais são conclamados a partir do estatuto profissional a dá respostas as expressões da questão social<sup>2</sup>, esbarrando sempre nos limites da ordem que relativiza a autonomia dos assistentes sociais, impondo obstáculos que dificulta na maioria das vezes uma atuação incisiva na direção pretendida pelo projeto ético-político, que escolheu vincular-se “ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 11)

Convém expressar, que o processo de construção de processos de articulação e organização da classe trabalhadora para a luta dos seus direitos, se dá em meio ao emaranhado de dilemas, desafios e limitações. Pois, no solo do cotidiano, atravessado por distintos projetos societário, marcado por ranços conservadores e pelas gritantes expressões da banalização da vida humana, o desafio se redimensiona, em um grau político e pedagógico que nos exige uma leitura acurada da realidade, assim, como assinalou Iamamoto (2009) precisamos ter permanentemente ousadia, criatividade e rebeldia na luta pelos direitos sociais e humanos da classe trabalhadora. E em face deste horizonte, que nos reunimos entorno de uma proposta hegemônica no seio da categoria, com possibilidades de refutação por segmentos e sujeitos profissionais, mas com a defesa e engajamento da maioria dos profissionais e, sobretudo das entidades políticas-organizativa da categoria, que desde o movimento de reconceituação, vem tensionando o debate e construindo mediações necessárias à realização de uma práxis ancorada na realização da vida humana, desvencilhadas das amarras opressoras do capital.

Assim, tanto as diretrizes curriculares (1996), como a legislação profissional (1993) e o código de ética (1993), elencam um conjunto de pressupostos necessários para a realização de uma práxis profissional crítica, comprometida com valores humanistas, que reverbere sobre as relações de direitos e aponte melhorias no acesso e usufruto das conquistas coletivas erigidas pela própria classe trabalhadora em confronto com o estado burguês e capitalista.

---

<sup>2</sup>Netto (2010, p. 7), com base em Marx, apresenta que a questão social como “constitutiva do capitalismo : não se suprime aquela se este se conservar. [...] a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho — a exploração.[...] no modo de produção capitalista os trabalhadores, assalariados, estão sempre sendo atingidos pelos mecanismos de pauperização absoluta ou relativa . Ou seja, mais ou menos intensamente, revelam no seu cotidiano as diferentes expressões da questão social. Iamamoto e Carvalho (2000) complementa elucidando que “a 'questão social' não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.” (p.77)

As leituras gramscianas tem propiciado ao Serviço Social reconhecer seu papel enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, a partir das relações formativas, de acompanhamento e orientações, com expresso teor na dinâmica da cultura e ideopolítica dos segmentos sociais pela qual a profissão atua, pois atuação deste profissional ela é iminente pedagógica e seu posicionamento pode refletir para conformação dos preceitos da ordem societária ou para organização e mobilização face a realidade social que está inserida.

### **A DIMENSÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA DA PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL E A SUA INCIDÊNCIA NOS PROCESSOS ORGÂNICOS DA CLASSE TRABALHADORA**

A dimensão política do trabalho profissional supera a ideia fatalista e messiânica como cunho Yamamoto (2002), assim como, o posicionamento militante das causas, pois o Assistente Social é um profissional, que urge mediante os processos sócio-histórico, econômico e político, requisitado enquanto agente que contribuísse na disseminação de fundamentos técnicos e ideológicos de uma determinada ordem social, isto é perceptível nos primórdios da profissão, quando este era convocado pelo estado para o arrefecimento das lutas, acompanhamento integrador e ajustador das famílias operárias e trabalhadoras aos seguros e orientações da época, silenciando as necessidades humanas e corporificando o canto do opressor. O que derruiu com a construção do projeto ético-político, a partir da perspectiva de intenção de ruptura. (Netto, 1991).

Para o Serviço Social a partir da reflexão de Abreu (2002) sustentada em Gramsci “toda relação de hegemonia, ela é necessária pedagógica”, de cunho ideopolítico.<sup>3</sup> Com isto, consideramos que para a construção de uma contra-hegemonia que favoreça a classe trabalhadora, os Assistentes Sociais “devem se empenhar na organização da sociedade e lutar pela hegemonia política e ideológica da classe ou do bloco de classes com os quais se identifica” (Coutinho, 2006, p. 114). As disputas políticas no esteio das políticas sociais se dão como mediações centrais na realização do exercício da profissão, assim:

Estamos tratando das disputas políticas na esfera pública e nas lutas sociais em seus impactos sobre as relações sociais. Estamos tratando da questão de

---

3 “[...] o conhecimento é poder” (Gramsci, 1978, p. 52).

construção de hegemonia, na condução dos serviços sociais e das necessidades que atendem, bem como dos direitos que asseguram, não apenas como questão técnica, mas como questão essencialmente política, lugar de contradições e resistência. (YASBEK, 2014, p.681)

Desta maneira, de que espaço, partimos para a construção da hegemonia das classes subalterna? Sabemos que é a partir dos espaços sócio-ocupacionais que se dão pelas políticas sociais espaço “privilegiado” de atuação profissional. Existem profissionais que atuam em movimentos sociais o que facilita na construção de um processo de reflexão crítica e elaboração de uma consciência coletiva. Abreu (2002) sinaliza que a emancipação humana pelas classes subalterna é condição fundamental para o confronto e superação das estruturas da sociabilidade vigente, o que conflui com a direção erguida no projeto da categoria. Com isto, questionamos a partir desta discussão, como as políticas sociais e em específico a política de Assistência Social e os espaços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial pode contribuir na organização, mobilização e articulação das classes subalternas em torno de uma direção societária que lhes assegure condições dignas de vida. Pois a

“subalternidade é uma categoria política e faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção por meio de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. (YASBEK, 2014, p.684)

Na realidade da política de Assistência Social, os dilemas, desafios, limitações e avanços recolocam a discussão do acesso ao direito e da ultrapassagem da assistencialização das políticas sociais, quando se rompe a ideia pragmatista da assistência enquanto caridade, ou evolução da benemerência, filantropia chegando ao patamar de direito social, ressalvada em marcos constitucional com valor legal.

Em 2004 a partir da Política Nacional de Assistência Social, a luta da classe trabalhadora por proteção social, ganha novos elementos consubstanciados de acesso a políticas sociais. No ano seguinte, o Sistema Único de Assistência Social (2005) organiza e padroniza os serviços socioassistenciais que se dá sobre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, acontecendo à realização dos serviços, projetos, programas e benefícios da Assistência Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), elucidando que no CRAS as ações socioassistenciais são de cunho basilar e preventivo, com vistas a fortalecer as potencialidades e aquisições individuais de autonomia e protagonismo e as relações familiares. Já no CREAS

são ações mais incisivas quando os vínculos estão em processo de fragilização ou rompimento, exigindo uma atenção mais especial e articulada. Pois nesta modalidade da proteção existem situações de abandono, violações e situação de rua, quando os vínculos familiares e comunitários já se perderam. Colocando estes sujeitos sociais em situação de risco e vulnerabilidade social, entretanto, para nós:

“[...] los conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re)produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com potencialidades individuais ou familiares. Não se trata de ‘equipar’ os sujeitos, nem de descobrir suas ‘potencialidades’ como trabalham alguns autores. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de reconhecer que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que trabalhá-las como direitos da cidadania rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz” (Silva; Yazbek e Giovanni, 2011, p. 50)

É preciso que apreendemos as questões para além da sua camada superficial, “é preciso apanhar criticamente a imediatividade dos fenômenos, identificando as determinações subjacentes às demandas, desconstruindo-as e promovendo a produção de conhecimentos e de referências que balizem a intervenção profissional. (MOTA, 2014, p. 703). Ou seja, é preciso e urgente no trato das questões colocadas sob expressões imediatas e mediatas da questão social “pensar dialeticamente, pensar crítica, reflexiva e criativamente, apreendendo a realidade como todo orgânico, no seu movimento e nas suas contradições. (VASCONCELOS, 2015, p. 87)

O trabalho educativo-formativo, que conjuga a elaboração de uma consciência crítica a partir de processos concretos de uma determinada realidade, não pode limitar-se a simples enunciações teóricas de princípios. O trabalho não deve ser de “modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva” (DURIGUETTO, 2014, p.269).

Pois “o assistente social trabalha a partir de uma concepção do que significa educar, supondo a adesão à determinada concepção de mundo como uma posição política.” (LIMA; MIOTO, 2011, p.222). E se as tramas da desigualdade manifesta a dura realidade experienciada por inúmeros sujeitos sociais é fundante que a tomamos como ponto de partida da nossa reflexão e atuação política e crítica. O que irá abrir sendas para pensarmos em construir com as classes subalternas, formas de resistência, luta e confronto. Pois este

contingente passa por necessidades agudas, e em meio a isto, surgem as indagações. Como construir um processo de organização e mobilização social com “os ninguéns” (GALEANO) que em sua realidade diária sequer tem o que comer? Como discutir assentado numa relação teoria-prática a realidade capitalista para quem vive sem emprego? Drogadição? Sem acesso a saúde, educação, cultura? Como sensibilizar e provocar uma consciência coletiva com aqueles sujeitos de vida e história marcada pela opressão? Que não tem as condições básicas, ou seja, onde viver, comer, e, sobretudo ser? Pois, como sinaliza Yasbek (2012) Diante desta teia de fios, os desafios se interpõem na direção social que pretendemos realizar enquanto categoria profissional que se organiza em torno de interesses dos subalternizados. Smionatto (2014) a partir de sua leitura gramsciana destaca que a instauração de um novo modo de pensar, agir e ser constitui-se no campo das ideias, no confronto das ideias, desembocando numa reforma moral e intelectual, assim como, favorecerá o erguimento de uma contra-hegemonia e assinala que para Gramsci

“a construção de uma nova hegemonia abarca transformações não somente nas esferas político-econômica, mas também nos campos cultural, intelectual e moral. E aqui se destaca o papel dos intelectuais na formação de uma consciência coletiva, pois, como educadores e “persuasores” permanentes, contribuem para forjar a emergência de uma nova cultura política. (SMIONATTO, 2014, p. 11-12)

Deste feito, corroboramos com a elucidação, e reolocamos que o Assistente Social exerce a função de educador e intelectual orgânico, na perspectiva da concepção de sociedade que desde década de 80 e 90 vem orientado a práxis profissional. Pois “difundir criticamente verdades já descobertas”, possibilitam “transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (Gramsci,1999, p. 95-96). Numa incursão ideopolítica e ideocultural das relações que buscamos construir em conjunto e a partir da classe trabalhadora que sofre as mais duras e perversas inflexões dos processos da lógica capitalista e do posicionamento neoliberal do estado burguês. Desta maneira, “por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo (GRAMSCI 1999, v. 5 p. 93)

[...] uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um

estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos [...]. (GRAMSCI, 1999, p. 104)

É preciso que edifiquemos processos que promovam a realização da dignidade humana, isto não representa ou (re) significa que sozinhos faremos isso, ou que só os assistentes sociais detêm o conhecimento, conteúdo e fórmula da revolução e da derrocada do capitalismo, seria um complexo engano e equívoco afirma isso. Entretanto, trabalhando cotidianamente com aqueles e aqueles que são invisibilizados (as) por uma lógica aonde o social é constrangido pelo econômico; tornando-se refilantropizado, despolidizado, despublicizado e focalizado.(YASBEK, 2012, p.316). É preciso unir esforços na luta diária por melhorias e pela realização das políticas sociais, articulando processos para que a classe trabalhadora se reconheça enquanto sujeitos políticos coletivos e assuma a direção dos seus ideais.

A prática profissional é um enfrentamento enquanto relação complexa e contraditória de poder, recursos, valores, linguagem, dispositivos, estratégias, operações, visões de mundo, situações sociais de desigualdade, sofrimento, exclusão. Enfrentamento relacional de determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, com dinâmica histórica e política da contestação e da expressão de si e da própria sociedade. (FALEIROS, 2014, p.717)

No terreno da prática, alimentada por uma concepção de uma ação consciente e elaborada, os Assistentes Sociais a partir das orientações e balizas prescritas no projeto ético-político em suas dimensões devem constituir o esforço na organização dos sujeitos nos espaços que passam enquanto sujeitos de direito, pois

se é fato que a maioria dos assistentes sociais está, no cotidiano da prática, realizando atividades educativo-assistenciais, junto aos diferentes segmentos da classe trabalhadora, é nesse complexo campo da luta de classes que os intelectuais, e dentre eles o assistente social, tomando projetos anticapitalistas e emancipatórios como referência, ao se objetivarem como intelectuais num processo de autoformação permanente na sociedade do capital, podem dar uma modesta contribuição para que a “teoria penetre as massas” e, dessa forma, a teoria podendo se transformar em “força material”, o que só pode se dar através de uma práxis, radicalmente crítica, criativa, consciente. (VASCONCELOS, 2015, p. 85-86)

O que vai apontar o nosso compromisso ético-político com os sujeitos coletivos, pois no cotidiano profissional, alienação, o trefismo, as rotinas de trabalho limitadas e superficiais ancorada no senso comum, em percepções do achismo, de valores liberais, morais e

conservadores conforma uma prática sem densidade teórica, crítica e reflexiva, transformando assim em processos de ação esvaziada de sentido e conexões, tornando atuação do profissional acrítica. O que reafirmar as bases da opressão. Com isto, destacamos que favorece a imagem negativa do profissional servil e obediente aos ditames da ordem, que irá atuar numa vertente burocrática, terminal, seguindo critérios e padrões. Assim sendo, “a diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal etc. (LACERDA, 2014, p. 23)

Em suma, a dimensão ideopolítica da práxis profissional, a partir do viés socioeducativo, ou dimensão pedagógica, traz uma expressa contribuição no fomento de ações reflexivas e teleológicas com vistas ao engajamento dos sujeitos sociais no processo de organização dos seus pares na ocupação das trincheiras da luta social e de classes. Se colocando contraposto a ordem injusta e desigual promovida nos marcos do capitalismo monopolista que reconfigura os padrões de submissão, expropriação e marginalização do ser social, atingindo visceralmente as classes subalternas, transformando “a figura do pobre: figura desenhada em negativo, pela sua própria carência” (Telles, 1999,p. 190). Como sujeito responsável por sua condição de subalternidade, merecedor apenas de políticas sociais pontuais, e fragmentadas, que toca na necessidade parcialmente sem interferir no processo maior que gera a necessidade, o que faz com que estes mecanismos se submetam a reprodução das desigualdades sociais. São mecanismos de direito, com capacidades e desenhos jurídicos-legal para o confronto desta realidade, porém é fundamental articular forças e esforços em diversos âmbitos para a conquista de tempos, aonde os valores humanistas se inscrevam e que os direitos sociais ganhem a realidade sem tensão, recortes e limitações, tornando-se efetivamente universais.

Conforme assevera Yasbeck (2012) não podemos duvidar das virtualidades das políticas sociais enquanto possibilidade de construção de iniciativas de resistência, condições e, sobretudo “contradesmache” dos processos de exploração provenientes da simbiose do capital. Considerando que este processo é contraditório e prenhe de disputas e antagonismos.

## **CONCLUSÃO**

O que se necessita é forjar formas de resistência e defesa de uma cidadania substancial, equitativa, justa e igualitária, que comporte o interesse da maioria em controle e regulação dos interesses e projetos das minorias que reatualizam nestes mecanismos práticas assistencialistas, conservadoras, privatistas e reprodutoras da submissão da vida ao mercado e ao dinheiro.

Temos aí um papel de partejar o novo, construir resistências, construir hegemonia, enfrentar as sombras que mergulham os subalternizados de nossa sociedade. É preciso politizar e dar visibilidade aos interesses dessas classes...[...] Tarefa difícil construir o político na política social. Construir hegemonia. Construí-la supõe criar “uma cultura que torne indeclináveis as questões propostas pela população com a qual trabalhamos”, que nos comprometa e responsabilize mais que isso nos obrigue...(YASBEK, 2012, p.319)

Pensar os desafios que se apresentam a realização de uma práxis consciente e reflexiva é cimentar o nosso posicionamento enquanto coletivo orgânico da classe trabalhadora. Que vem se colocando historicamente contra aqueles que ousam silenciar o canto dos oprimidos e coroe as conquistas forjadas com suor e sangue pelas mãos de homens e mulheres, aguerridos, subalternizados, mas unidos diante de um projeto societário maior e melhor para a vida e dignidade humana.

Considerando que os Assistentes Sociais brasileiros a mais de 30 décadas vêm desconstruindo a naturalização do capital, rompendo com amplos processos conformadores e cooptadores de atuação e expressão da profissão, por meio de uma proposta curricular formativa atenta aos desafios, dilemas e questões do tempo coevo, que põe os pés no passado, e olha para frente, com a história nas mãos, tecendo novas possibilidades de leitura crítica da realidade, sua apreensão pela raiz, sua discussão ampla e aberta e a produção de alternativas propositivas. É com um denso, fecundo, crítico e humano código de ética, que apontamos e apostamos a transformação societária pelas mãos humanas coletivas, pelos despossuídos de se e de ser. Tratados numa malha coisificadora, alienante, estigmatizante e expropriadora. Que retoma a vida, num discurso falho, fraco e vazio. Que autoresponsabiliza os sujeitos pela sua sorte e por si. Assim dito, é preciso lutarmos cotidianamente, diante das limitações e alienações.

Seja no Centro de Referência da Assistência Social ou no Centro Especializado de Assistência Social, na Saúde, Educação, é possível construir um processo de formação e

socialização da direção ideopolítica pretendida por nós. Impulsionando e instigando os sujeitos coletivos, para assumirem o comando, daquilo que é construído por eles, mas sem o acesso, usufruto e, sobretudo, conhecimento por eles, ou para eles. É preciso muni-los de informações e saberes que possibilitem se articularem em torno de si e dos seus pares, para que coletivamente consigam modificar as realidades densas e duras de opressão amarga, que expõe a necessidade e a fragilidade do humano.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFSS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93-Regulamentação da Profissão de Serviço Social**. Brasília, 1993.

COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014

\_\_\_\_\_. **Globalização, correlação de forças e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_, A. **Introdução à filosofia da práxis**. Lisboa: Antídoto, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis. Associação de e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan/jul). Brasília, ABEPSS, Graflíne, 2001. p.09-32

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de (2000). **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats

\_\_\_\_\_, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Ações socioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica.** Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014

MIOTO, R. C. T. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias.** Cadernos Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília, módulo 5, p. 1-16, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_, J.P. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

SMIONATTO, Ivete. **Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014

SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza, um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo.** Tese (Doutorado) — Departamento de Sociologia da USP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e Cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo.** Caderno CRH, Salvador, n. 19, 1993.

\_\_\_\_\_. **No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil.** Revista Polis. São Paulo, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projetos Profissionais e Mediações Teórico-Práticas.** Editora Cortez, São Paulo, 2015.

YASBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014

\_\_\_\_\_, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012